

GESTÃO AUTÔNOMA DA MEDICAÇÃO COMO PRÁTICA COMPLEMENTAR NA SAÚDE PARA USUÁRIOS DE UM CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Déborah Grasyella Pachêco de Moraes Lins Santos (1); Mayara Inácio de Oliveira (1); Iracema da Silva Frazão (2); Tatiane Gomes Guedes (2)

(1) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil, discente do Departamento de Pós-Graduação em Enfermagem -Mestrado. E-mail: deborahgmoraes@hotmail.com; Mayara_inacio@hotmail.com.

(2) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, PE, Brasil, docente do Departamento de Pós-Graduação em Enfermagem. E-mail: isfrazao@gmail.com; tatigguedes@yahoo.com.br.

RESUMO

Introdução

Apesar das conquistas das leis da Reforma Psiquiátrica e dos serviços de Atenção Psicossocial, a vivência do cotidiano dos profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS) indica a perspectiva medicalizante do cuidado e a hegemonia da abordagem biomédica-psiquiátrica (TESSER; SOUZA, 2012). Na contramão da medicalização, a Gestão Autônoma da Medicação (GAM) propõe estratégias que visam o fortalecimento e a expansão da autonomia dos usuários dos serviços comunitários de saúde mental, oportunizando uma posição ativa em relação ao seu tratamento e a gestão participativa e coletiva nos projetos terapêuticos (ONOCKO CAMPOS, et al, 2012).

Os princípios que norteiam a GAM apoiam-se na melhoria da qualidade de vida, no respeito às pessoas e sua subjetividade e na experiência singular do usuário, como meio de incluir o ponto de vista de quem vivencia os efeitos de psicofármacos, a partir de uma abordagem reconhecedora do valor ético desta experiência e que aposta numa avaliação qualitativa na gestão do tratamento (ONOCKO CAMPOS, et al, 2013).

O Guia GAM é, assim, trabalhado em grupo e constituído de seis passos. Cada passo trabalha questões como: conhecendo a si mesmo; rede de apoio; as formas de cuidado além da medicação; o uso de psicofármacos; direitos dos usuários e planejamento de ações. Estas questões visam estimular a autonomia e a cogestão no tratamento. A autonomia é definida como a pluralidade de

vínculos que se é capaz de estabelecer: quanto mais vínculos e redes de relações uma pessoa constrói, mas autônoma ela se torna. Já a cogestão visa trabalhar de forma mais aberta com os usuários sendo os principais interessados (ONOCKO CAMPOS, et al, 2012).

Nesta perspectiva, a Política Nacional de Humanização (PNH), no eixo que trata da saúde mental, expõe as experiências e os debates que o processo da reforma psiquiátrica vêm produzindo no País, a fim de alcançar, a todos cidadãos, a garantia de serviços de saúde com qualidade, atendimento integral e inclusivo. Nessa perspectiva, a GAM foi reconhecida como prática humanizadora em saúde mental (BRASIL, 2015a).

Do exposto, a Política Nacional das Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) contempla recursos terapêuticos que visam estimular os mecanismos naturais de prevenção de agravos e recuperação da saúde por meio de tecnologias eficazes e seguras, mediante a escuta acolhedora, o desenvolvimento do vínculo terapêutico e a integração do ser humano com o meio ambiente e a sociedade (BRASIL, 2015b; MAGALHÃES; ALVIM, 2013). Para tanto, objetivou-se descrever a experiência como facilitadora de um grupo terapêutico com o uso do Guia GAM à luz das práticas integrativas e complementares em saúde.

Método

Trata-se de um relato de experiência que visa contribuir através de uma análise crítica do uso do Guia GAM como recurso terapêutico para um grupo de usuários de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O grupo com o uso do Guia GAM ocorreu no CAPS- Espaço Livremente, no período de abril a junho de 2017, participaram deste grupo a facilitadora que era uma profissional de saúde e os usuários que estavam em tratamento no serviço e que faziam uso de medicação psicotrópica. O universo da experiência se caracterizou nas observações e registros de diário de campo realizadas pela facilitadora dos grupos com o Guia GAM. Os grupos tinham a periodicidade de ser semanal, a duração de cada encontro era numa média de 50-60 minutos e foram necessários dezoito encontros para contemplar todos os passos propostos pelo Guia GAM.

O campo empírico foi o CAPS - Espaço Livremente, classificado como CAPS Geral, tipo III, que realizam atendimentos as pessoas com transtornos mentais graves e persistentes, por demanda espontânea e/ou referenciadas por outras unidades. O serviço localiza-se na cidade do Recife, núcleo da região metropolitana, pertencente a I Gerência Regional de Saúde (Geres) do Estado de

Pernambuco, situa-se no litoral nordestino e ocupa uma posição central, a outras metrópoles regionais do Nordeste.

Resultados e Discussão

No processo de operacionalização dos grupos com o uso do Guia GAM foram necessárias reuniões com a equipe de profissionais atuantes no CAPS para incluir tal atividade nas ações terapêuticas realizadas no serviço, assim como a apresentação da proposta para os usuários do CAPS e o convite para a participação dos grupos com o uso do Guia GAM. Nos primeiros encontros foram estabelecidos contratos terapêuticos entre todos os participantes do grupo a fim de estabelecer pactos e acordos de convivência, numa proposta de *contratação* que se faz como produto de um processo coletivo e progressivo para promover a participação de todos de forma gradual e gerar um sentimento de pertencimento com o grupo.

Os grupos tinham a característica de serem “abertos” a todos os usuários que se interessassem em participar; a linguagem utilizada visava ser de fácil e simples compreensão, acessível a todos; o ambiente era organizado para ser acolhedor, com as cadeiras da sala dispostas em roda para que todos pudessem se olhar, compartilhar suas experiências e horizontalizar os saberes. Para tanto, a fim de trabalhar cada passo proposto pelo Guia GAM eram utilizadas dinâmicas, que geravam discussões a fim de problematizar as questões advindas com o Guia.

Estes grupos se configuraram por trazer uma abordagem de valorização da experiência singular de cada usuário para o seu empoderamento enquanto sujeito de direitos e com liberdade para intervir nas condições do tratamento que seguem. Os usuários puderam refletir sobre a importância de reconhecer seus direitos, de ter mais acesso à informação e de poder assumir uma postura mais ativa frente ao tratamento.

Desta forma percebe-se que a PNPIC traz como um de seus objetivos, no SUS, o investimento em estratégias voltadas para o cuidado continuado, humanizado e integral em saúde (BRASIL, 2015a). Nesse sentido, a humanização, visa trabalhar entre outras coisas, o acolhimento, a gestão participativa e a ambiência que são os espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis (BRASIL, 2015b). Essas fundamentações teóricas equivalem aos princípios trabalhados no Guia GAM que visam valorizar o respeito às pessoas e sua subjetividade, incluindo o ponto de vista de quem vivencia os efeitos de psicofármacos.

Durante a observação dos grupos terapêuticos com o uso do Guia GAM foi possível identificar que tal atividade era reconhecida pelos seus participantes como provocadoras de reflexão para o autoconhecimento, além de oportunizadora para a aprendizagem e o conhecimento de

questões referentes ao tratamento e aos direitos dos usuários dos serviços de saúde. Segundo Jorge et al. (2012), a utilização do Guia GAM constitui uma proposta participativa de discussão e reflexão sobre o uso de psicofármacos, com a finalidade de trabalhar o processo de autoconhecimento e autonomia dos seus participantes, a fim de construir experiências significativas em sua vida social e individual.

Utilizar o Guia GAM como um recurso terapêutico objetiva desfazer a visão biológica hegemônica do uso da medicação para enveredar por caminhos que se sustentem numa atitude mais democrática e dialógica, valorizando experiências e crenças dos usuários frente aos profissionais de saúde. Esses resultados corroboram com aquilo que preconiza a PNPIC no SUS, instituída em 2006, que recomenda organizar e fortalecer as metodologias participativas, considerando o saber popular e tradicional para ampliar o leque de possibilidades de cuidados existentes na assistência em saúde (BRASIL, 2015b; JORGE, et al, 2012).

A PNH e a PNPICS resgataram princípios da Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, na cidade de Ottawa, que definem a saúde como algo vivido e elaborado pelas pessoas dentro do que elas dão valor no seu cotidiano (MAGALHÃES; ALVIM, 2013). Nessa experiência com o uso do Guia GAM a saúde é discutida a partir das relações vivenciadas com sua rede de apoio, observando a si mesmo e as pessoas a sua volta, exercitando os seus direitos. O fato de aproximar as pessoas há um tratamento que o faz bem, entrelaça-se com as práticas complementares em saúde, permitindo a humanização da assistência e a aproximação do indivíduo às ações de cuidado à sua saúde, tornando-o corresponsável pelo tratamento (JORGE, et al, 2012; BRASIL, 2017).

Nota-se, assim, que as experiências dos usuários compartilhadas num coletivo grupal, permitem dentro do campo da saúde mental, mais empoderamento, que se faz no fortalecimento do poder, da participação e da organização na gestão de cuidado nos serviços de atenção psicossocial, pois acarreta reflexões sobre a importância na tomada de decisões em relação às questões que afetam suas vidas (ALVES, et al, 2013). Diante disto, apesar do Guia GAM não estar especificado na PNPIC, torna-se pertinente a análise realizada por meio das diretrizes e princípios que norteiam tal política, visto ser um recurso terapêutico fortalecedor da integralidade da assistência à saúde e no processo de humanização.

Conclusões

Este estudo alcançou o objetivo proposto ao descrever a experiência como facilitadora de um grupo terapêutico com o uso do Guia GAM à luz das práticas integrativas e complementares em saúde. Com a experiência de utilização do Guia GAM, percebeu-se a importância desta intervenção para a promoção do empoderamento dos usuários dos CAPS, para assim contribuir na busca do autoconhecimento, bem como na reflexão crítica sobre as questões que envolvem seu tratamento, suas necessidades e seus desejos enquanto sujeitos de direitos.

Para que assim, o usuário ocupe o lugar de protagonista no seu processo de cuidar. O Guia GAM como estratégia de tornar o usuário mais próximo da assistência, trabalhando a autonomia e o envolvendo com a equipe de saúde, fortalece o vínculo terapêutico e cria um espaço favorável para implementação da humanização na assistência à saúde, podendo assim, ser considerado como recurso terapêutico complementar para os usuários dos CAPS.

Palavras chaves: Práticas Integrativas e Complementares; Humanização; Gestão Autônoma da Medicação.

Referências Bibliográficas

1. TESSER, C.D.; SOUZA, I.M.C. Atenção Primária, Atenção Psicossocial, Práticas Integrativas e Complementares e suas Afinidades Eletiva. Saúde Soc. São Paulo, v.21, n.2, p.336-350, 2012.
2. ONOCKO CAMPOS, R.T. et al. Multicenter adaptation of the guide for autonomous management of medication. Interface - Comunic., Saude, Educ., v.16, n.43, p.967-80, out./dez. 2012.
3. ONOCKO CAMPOS, R.T. et al. A Gestão Autônoma da Medicação: uma intervenção analisadora de serviços em saúde mental. Ciência & Saúde Coletiva, v.18, n.10, p. 2889-2898, 2013.
4. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Cadernos humanizaSUS/ saúde mental. Brasília: Ministério da Saúde, 2015a. 548 p.: il. (Caderno HumanizaSUS; v. 5).
5. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS : atitude de ampliação de acesso. Brasília : Ministério da saúde, 2015b. 96 p.
6. MAGALHÃES, M.G.M; ALVIM, N.A.T. Práticas integrativas e complementares no cuidado de enfermagem: um enfoque ético. Esc Anna Nery (impr.), v.17, n.4, p. 646-653, out – dez, 2013.

7. ALVES, T.C.; OLIVEIRA, W.F.; VASCONCELOS, E.M. A visão de usuários, familiares e profissionais acerca do empoderamento em saúde mental. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.23, n.1, p. 51-71, 2013.
8. JORGE, M.S.B.; ONOCKO CAMPOS, R.; PINTO, A.G.A.; VASCONCELOS, M.G.F. Experiências com a gestão autônoma da medicação: narrativa de usuários de saúde mental no encontro dos grupos focais em centros de atenção psicossocial. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.22, n.4, p. 1543-1561, 2012.
9. BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria 633 - Atualiza o serviço especializado 134 Práticas Integrativas e Complementares na tabela de serviços do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). Brasília: Ministério da saúde, 2017.

